

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.811 - PR (2019/0299607-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : IVAN NAVARRO ZONTA E OUTROS
ADVOGADOS : JOÃO AFONSO GASPARY SILVEIRA - DF014097
GUILHERME BRENNER LUCCHESI - PR050580
IVAN NAVARRO ZONTA - PR058184
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : AUGUSTINHO STANG
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de AUGUSTINHO STANG contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do HC n. 0047238-33.2019.8.16.0000, que indeferiu o pedido liminar formulado naquele *writ*.

De acordo com os autos, o paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 90 e 92, ambos da Lei n. 8.666/93. Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte paranaense, alegando, em síntese, a incompetência do Juízo da Vara Criminal de Laranjeiras do Sul, já que as condutas narradas teriam sido praticadas em diversas comarcas do Estado do Paraná, o que retiraria a competência do mencionado juízo para o julgamento de todas as ações ajuizadas contra o paciente.

O Desembargador relator, por não vislumbrar constrangimento ilegal apto a autorizar a concessão da medida liminar, indeferiu o pedido de urgência, razão pela qual a defesa apresenta este *habeas corpus*, no qual são reforçadas as alegações apresentadas no *writ* originário.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular, conforme se verifica pela leitura do trecho a seguir reproduzido (e-STJ, fls. 16/18):

4. Primeiramente, no que atina à alegação de incompetência do Juízo para processamento e julgamento das ações penais n.ºs 0004370- 53.2018.8.16.0104, 0003421-92.2019.8.16.0104 e 0004077-49.2019.8.16.0104, é ver que tal questão nem sequer foi deduzida na instância inferior, o que, em juízo de cognição sumária, obstaculiza seu enfrentamento em segundo grau de jurisdição, sob pena de vedada supressão de instância.

4.1. Por outro lado, em um primeiro momento, não se vislumbra a incompetência do Juízo de Laranjeiras do Sul para processamento e julgamento da ação penal n.º 0003622-21.2018.8.16.0104.

4.2. Deveras, no âmbito da aludida ação penal, consoante se extrai da peça acusatória, apura-se o cometimento, pelo paciente, do delito de organização criminosa voltada à prática de diversos crimes contra a Administração Pública, “[...] visando obter vantagens ilícitas decorrentes da regionalização e da fixação artificial dos preços do mercado licitatório de resíduos sólidos em diferentes Municípios da região Sudoeste e parte das regiões Oeste, Centro Ocidental e Centro-Sul do Estado do Paraná, dentre os quais está incluído o Município de Laranjeiras do Sul” (mov. 1.1, ação penal).

4.2.1. É ver, então, ao menos em análise perfunctória, que o fato imputado ao paciente está vinculado àqueles investigados na denominada “Operação Container”, fazendo, portanto, parte de um contexto maior, envolvendo crimes supostamente cometidos em diversas comarcas deste Estado – inclusive no Município de Laranjeiras do Sul –, o que, em princípio, torna inviável a aplicação da regra a que alude o artigo 70 2 do Código de Processo Penal.

4.2.2. Nesse contexto, sendo inviável a fixação da competência com base no local onde ocorreu a infração, esta, em tese, deverá ocorrer por prevenção, nos moldes do disposto no artigo 83 do Código de Processo Penal: “Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa”.

4.3. A partir daí, e considerando que, em juízo de cognição não exauriente, a autoridade tida como coatora, ao proferir decisões nos autos de medidas investigatórias n.º 0000928-50.2016.8.16.0104, teve o contato inaugural, ainda na fase inquisitorial, com os fatos apurados no âmbito da denominada “Operação Container”, em princípio, recai sobre o Juízo de Laranjeiras do Sul a competência para processamento

Superior Tribunal de Justiça

e julgamento das mencionadas ações penais.

4.3.1. Bem aqui, vale lembrar, conforme inclusive destacaram os impetrantes, que a “Operação Container” foi inicialmente deflagrada visando à apuração da participação de servidores públicos do Município de Laranjeiras do Sul no esquema criminoso, o que justifica, em tese, a investigação se ter iniciado na aludida comarca.

4.3.1.1. Bem por isso, aliás, em um primeiro momento, não está evidenciado que a distribuição por dependência da ação penal n.º 0003622- 21.2018.8.16.0104 constituiu escolha de foro, pelo representante do Ministério Público.

Assim, não há como superar o enunciado sumular 691/STF.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator